

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA.

Romilson Lopes Sampaio
Instituto Federal da Bahia
romilson@ifba.edu.br

Ana Rita Silva Almeida
Instituto Federal Baiano
analmeida64@hotmail.com

Resumo: Este trabalho pretende contribuir com as discussões a respeito dos cursos técnicos de nível médio, especificamente na sua modalidade subsequente, revelando a visão que os empregadores dos egressos do Instituto Federal da Bahia (IFBA) têm a respeito da formação e da absorção que os mesmos têm tido no mundo do trabalho. Os sujeitos da investigação são empregadores das áreas técnicas. O instrumento utilizado foi a entrevista e os dados coletados foram tratados de forma interpretativa. Os resultados revelaram que os egressos do IFBA são reconhecidos no mundo do trabalho pela qualidade de sua formação profissional, embora seja alvo de críticas por parte de alguns empregadores.

Palavras-Chave: educação Profissional; IFBA; mundo do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O início do ensino profissionalizante na Bahia, como responsabilidade da união, data do ano de 1909 quando o governo do presidente Nilo Peçanha criou, através do Decreto nº 7.566/1909, nas capitais brasileiras as Escolas de Aprendizes Artífices e em específico, na Bahia, a Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia. Após a criação dessa escola, o ensino profissional na Bahia passa por diversas transformações de caráter político e econômico, mudando inclusive o nome dessa instituição por diversas vezes, até chegar aos dias de hoje, denominando-se Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Desde a sua origem, a formação profissional no Brasil esteve associada ao trabalho rotineiro, simples, extremamente especializado e destinado às classes menos favorecidas. De acordo com o Parecer 16/99 da Câmara de Educação Básica, até meados da década de setenta do século XX, “a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada” (1999, p. 4). Atualmente, encontra-se em um momento muito importante da sua história, pois na sociedade atual, contrariamente, não se admite que o profissional tenha apenas a destreza manual aliada ao saber fazer; é necessário também que sejam agregadas novas competências relacionadas à inovação, à criatividade, ao trabalho em equipe e à autonomia na tomada de decisões. Essas mudanças têm sua força no impacto que o mundo globalizado tem gerado sobre os indivíduos e o mundo do trabalho. Esse impacto revela, ainda de acordo com o mesmo parecer, “a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação” (1999, p. 4). Existe uma urgência cada vez maior

pela permanente qualificação dos trabalhadores e pela constante identificação de novos perfis profissionais e de novos itinerários de profissionalização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO: O IFBA

Com a Lei nº 11.892 de 2008 são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, em específico na Bahia, foram fundados dois institutos federais: o Instituto Federal da Bahia (IFBA), que se originou da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e o Instituto Federal Baiano, originado pela integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim.

Atualmente, o IFBA possui sua reitoria situada no bairro do Campo Grande, em Salvador, sendo composta por dezesseis campi, um na capital e os outros quinze espalhados pelo interior do estado, a ver: Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Porto Seguro, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Paulo Afonso e Seabra. No mesmo processo, o Instituto Federal Baiano apresenta-se hoje com 9 campi, são eles: Catu, Guanambi, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Bom Jesus da Lapa.

A Figura 1 mostra como está o quadro da rede federal da educação profissional no estado da Bahia. No mapa do estado, podemos identificar todos os campi do IFBA através da cor verde e os campi do Instituto Federal Baiano pela cor vermelha. Podemos verificar que são mostrados os 16 campi do IFBA, dos quais quatro campi (Camaçari, Porto Seguro, Santo Amaro e Simões Filho) foram implantados como parte da primeira etapa da expansão da educação profissional no Brasil, presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, e outros sete (Jequié, Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Paulo Afonso e Seabra) fazem parte da segunda etapa desse plano de expansão e estão em fase de implantação.

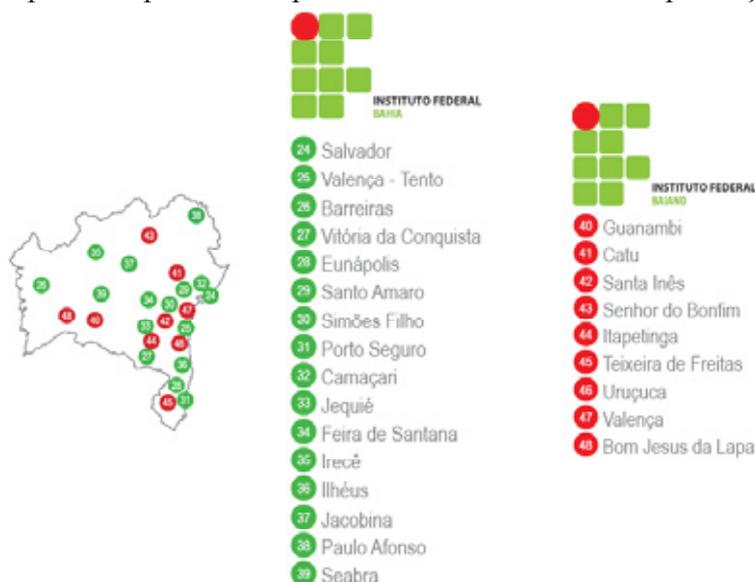


Figura 1 – Plano de expansão da rede federal – Bahia

Fonte: MEC¹

Conforme demonstrado na Figura 1, a quantidade de institutos de educação profissional está se expandindo por todo o Estado em virtude de um investimento, cada vez maior, na educação técnica. Como exemplo disso, podemos citar o caso do IFBA no seu campus de Salvador que, a partir do ano de 2006, além do ensino técnico na modalidade subsequente, ampliou as vagas para a educação técnica, através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)² e na modalidade Integrada ao ensino médio, adequando-se ao que determinam os Decretos 5.840/06 e 5.154/04, respectivamente.

Dentro deste contexto, o nosso objetivo é conhecer como os empregadores vêem a formação técnica oferecida nesse Instituto e, para tanto, descreveremos a seguir o processo de investigação que nos conduziu aos resultados alcançados.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Essa investigação foi realizada a partir de uma pesquisa de campo que teve como universo de estudo o IFBA, no seu campus Salvador. Os sujeitos da investigação foram os principais empregadores das áreas técnicas, selecionados a partir das empresas que tinham em seu quadro de funcionários o maior número de egressos da citada instituição. As empresas selecionadas estão situadas no estado da Bahia, mais especificamente nos municípios de Camaçari (Pólo petroquímico de Camaçari) e Salvador.

A fase inicial desta pesquisa constituiu-se na identificação dos empregadores pelos pesquisadores, a partir de uma pesquisa preliminar com egressos dos cursos técnicos da modalidade subsequente formados nos anos de 2005 e 2006. Identificou-se os principais empregadores desses egressos nas áreas dos cursos de Análise Química; Edificações; Eletrotécnica e Operação de Processos Industriais Químicos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista. Optou-se pela entrevista por ser um instrumento cuja flexibilidade permitiu aos investigadores realizarem suas indagações e interferirem, quando necessário, retomando ou explorando pontos que se apresentaram relevantes ao problema. Esse método de coleta de dados, de acordo com Ludke e André, tem a vantagem de criar uma relação de “interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (1986, p.33). Ainda de acordo com Ludke e André, esse contato direto com a pessoa de cujos dados pretende-se coletar “permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (1986, p.34).

Para a nossa entrevista foi selecionado um sujeito, por curso investigado, entre as empresas em cujo quadro funcional havia o maior número de egressos, totalizando quatro empregadores (1 na área de Edificações, 1 na área de Operação de Processos Industriais, 1 na área de Análise Química e 1 na área de Eletrotécnica). No roteiro da entrevista constaram questões abertas que indagavam sobre a visão dos empregadores em relação aos egressos do IFBA, na tentativa de identificar suas opiniões sobre a formação profissional e a atuação do trabalhador

na empresa. O eixo central desta parte da investigação foi o depoimento dos empregadores, que foram identificados, para manter o sigilo, pelas quatro primeiras letras do alfabeto.

A atitude dos investigadores foi de um ouvinte ativo, tomando cuidado para que os empregadores estivessem à vontade para declarar suas opiniões acerca do tema em questão, permitindo que pudessem discorrer mais livremente sobre os seus posicionamentos, pois, como salienta Kipnis, uma das grandes vantagens da entrevista é “a maior elasticidade no tempo das respostas, o que garante uma cobertura mais profunda da problemática em estudo, além de facilitar a interação do entrevistado com o entrevistador, que vai conseguindo colher informações para questões mais sensíveis” (2005, p. 60). As entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas, permitindo aos pesquisadores uma análise mais detalhada dos trechos significativos delas.

Por fim, foi feita a análise e tratamento dos dados coletados, com base nas entrevistas. Os dados coletados foram tratados de forma interpretativa, buscando captar a visão dos empregadores com relação à inserção dos egressos no mundo do trabalho. Durante o processo de leitura dos depoimentos destacaram-se os trechos significativos de cada entrevista que, classificados em temas mais gerais, se transformaram em categorias. Esses temas estão diretamente relacionados ao objeto de estudo.

4. RESULTADOS

4.1 Como os empregadores vêem os egressos do ifba?

Com a finalidade de saber como a atuação dos egressos do IFBA, que estão atuando na sua área de formação, está sendo vista pelos seus empregadores foram realizadas quatro entrevistas com quatro funcionários das empresas. A tabela a seguir mostra a forma como as empresas entrevistadas serão aqui nomeadas, seu porte e o cargo do profissional que foi entrevistado.

Tabela 1 – Empresas entrevistadas

IDENTIFICAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	CARGO DO ENTREVISTADO
A	Grande	Analista de Recursos Humanos
B	Médio	Diretor
C	Grande	Analista de Recursos Humanos
D	Grande	Analista de Recursos Humanos

4.2 Motivos para contratar um profissional formado pelo IFBA

Os empregadores aqui entrevistados relatam vários motivos para contratar um profissional formado pelo IFBA, entre os quais podemos destacar a qualidade da formação oferecida pela instituição, como pode ser visto no depoimento abaixo:

pra alguns programas específicos realmente, a gente prefere fazer esse programa com o CEFET³, que foi o caso desse último que a gente fez (pausa) de, de programa de estágio (pausa) que a gente acredita que a parte técnica, a formação dos alunos do CEFET ainda são um diferencial (pausa) pra companhia. (Empresa A)

Apesar de a qualidade de ensino oferecido pela instituição representar um diferencial para duas das empresas entrevistadas, o nome que a instituição mantém no mundo do trabalho também tem representado um aliado muito forte para os egressos, pois, no momento em que estão à procura de uma colocação no mundo do trabalho, a formação no IFBA é um ponto positivo no momento da seleção. É o que diz este empregador:

o cara quando chega e diz que é do CEFET, eu já tenho uma visão mais ... (ééé) tendendo a contratá-lo do que um outro que não é do CEFET. (Empresa B)

(...) assim o CEFET é considerado pra gente uma instituição de primeira linha. (Empresa D)

De acordo com os relatos anteriormente descritos, pode-se perceber que o nome que a instituição criou, durante toda a sua história, como sendo um modelo de qualidade aliado a uma formação que no mercado de trabalho baiano inspira confiança, tem feito com que os profissionais técnicos formados pelo IFBA tenham vantagem em relação a profissionais formados por outras instituições no momento da busca por uma vaga no mundo do trabalho.

4.3 A formação do aluno: teoria versus prática

A relação entre a teoria e a prática, na formação dos alunos do IFBA foi um dos pontos mais comentados e questionados pelos empregadores. Podemos perceber que a formação teórica que é dada aos alunos na instituição é elogiada por alguns empregadores, de acordo com o que é visto na fala a seguir:

Eles são muito bem formados aí, certo? Eu não tenho queixa nenhuma, na parte ééé técnica, na parte teórica certo? É eles precisam, é lógico, tá trabalhando sempre a parte ééé a parte física né? A parte do dia a dia, certo, na obra, ela não consegue ver tudo durante o curso, mas a parte ééé a parte técnica, a parte teórica certo, é muito bem trabalhada, certo? (Empresa B)

O relato anterior mostra que a formação teórica oferecida aos alunos do IFBA está adequada à realidade do mundo do trabalho, mas todos os empregadores identificaram a necessidade de uma maior ênfase na formação prática, pois esta tem apresentado muitas falhas, como pode ser visto nos relatos a seguir:

(...) eles vêem muito na teoria, mas vêem pouca prática na escola. (...) quando eles chegam aqui que vão pra uma visita na própria área, que eles dão um assunto e tem uma visita, que isso eles sentem falta dentro da (da) área, da atuação dentro da escola enquanto estudante, certo? (Empresa D)

(...) eles não tem muito ou a noção quase nenhuma, de realmente como funciona uma indústria. A base teórica eles tem, mas quando você pega e coloca um equipamento, que você coloca uma situação prática pra eles, até (pausa) e aí principalmente relacionado a segurança, procedimentos, como funciona o dia a dia de uma fábrica, aí o nível de entendimento deles é muito baixo (pausa) se você perguntar assim, como funciona uma bomba? Como você faz isso, como você faz aquilo outro? Na teoria eles conhecem, mas quando você leva pro mundo da indústria (...) (Empresa A)

De acordo com esses depoimentos podemos perceber que os empregadores identificam a falta de um maior aprofundamento na parte prática da formação dos alunos, como sendo um fator negativo da formação, necessitando, portanto, de uma maior atenção e alvo de um trabalho de reestruturação para sanar essa deficiência. Com relação à qualidade da formação recebida pelos alunos do IFBA, apesar de considerar boa, um dos entrevistados volta a ressaltar a necessidade do aprimoramento da formação prática:

(...) considerar que é suficiente, eu acho que pode ser melhorado, né? Em todo lugar pode ser melhorado a atuação, no caso da formação do CEFET junto ao profissional. Ela pode ser melhor revista, nesse caso da prática. (Empresa D)

No que diz respeito à falta de estrutura que as escolas enfrentam quanto a oferecer ao aluno a realidade prática das empresas, Paro pontua que:

a escola não é capaz de reproduzir para o aluno o ambiente de trabalho onde ele irá desempenhar suas funções profissionais. E isso, não apenas pelo alto custo que uma tentativa nesse sentido acarretaria, mas também pela inviabilidade de se transferirem para uma situação de sala de aula todas as características e problemas particulares e imprevisíveis de uma situação de trabalho que só o exercício efetivo de uma ocupação pode oferecer. (1983, p. 62)

Apesar de não ser possível transferir a indústria por completo para dentro da escola, até porque cada empresa tem as suas particularidades, outras formas devem ser encontradas para trazer essas práticas aos alunos, como por exemplo o incremento e a atualização dos laboratórios da instituição e a procura constante em levar os alunos para o ambiente prático das indústrias, como indicado pelas empresas nos relatos a seguir:

(...) ficaria muito melhor se o CEFET até tivesse a oportunidade de durante o curso, não se restringir somente a parte de estágio, mas durante o curso fazer algumas visitas, pra eles terem, começarem a ter uma noção da parte prática, mesmo antes de começar o estágio oficial, seria assim mais proveitoso. (Empresa B)

então é importante, acho que durante o processo de formação deles, eles tenham contato maior com a indústria né, não sei se (pausa) seria através de visitas. (...) Quando tem essas visitas, a gente sempre traz, aí a depender do público alvo a gente convida alguns profissionais aqui da empresa pra estarem é..., né explicando a empresa, explicando os processos e acho que isso agrega muito e eu vejo que isso falta um pouco na formação deles. (Empresa A)

4.4 Formação técnica na modalidade subsequente

A formação dos alunos da modalidade subsequente foi alvo de muitas críticas por parte de uma das empresas, que considerou essa formação insuficiente para o bom desempenho do profissional na empresa. Vejamos o seguinte comentário:

o CEFET passou por uma reestruturação, enxugou o curso de quatro anos para dois anos e é perceptível ah... é ficou concentrado a necessidade de complemento de formação dos estudantes que saíam de lá porque eles saíam (ehh) extremamente 'crus'(pausa). Sem formação razoável adequado como era feito antigamente, então o nível de ensino meio que caiu, o tempo que era de quatro anos foi reduzido pela

metade, e felizmente recentemente ele retornou, né, agora está com curso de quatro anos. (Empresa C)

Essa formação, inclusive, foi alvo de críticas por ser ministrada no período noturno e normalmente feita por pessoas que trabalham de dia e não tem tempo para estarem se dedicando à escola, ficando com uma formação deficitária. No tocante a essa questão, vejamos o que diz esta empresa:

(...) tá péssima formação, a gente não tem nem, eu entrevistei recentemente diversos(diversos) estudantes do cefet, eu tive no cefet recentemente no dia do estagiário e é incrível como você vê os meninos que trabalham de dia é... fazem um curso à noite que dura apenas dois anos, não têm tempo pra estudar, não têm tempo pra se dedicar, ao contrário que você via antigamente né, eram quatro anos você entrava às 7 da manhã, passava a tarde fazendo projeto, elaborando relatório, eventualmente tinha alguma aula de tarde e saía da escola à noite, era meio que uma escola integral. (Empresa C)

Esses relatos indicam que os alunos formados na modalidade subsequente, devido ao curto tempo de sua formação, têm encontrado maiores dificuldades para se adaptar ao mundo do trabalho. Acredita-se que os alunos dessa modalidade terão mais dificuldades para ingressar nesse mundo do trabalho a partir do final do ano de 2009, quando o IFBA também estará formando alunos na modalidade integrada. Já os alunos oriundos dessa última modalidade, de acordo com o relato anterior, por terem uma formação integral e um curso de maior duração, serão, provavelmente, preferidos pelas empresas. Supõe-se ser este um problema que a instituição terá de enfrentar, visto que teremos egressos técnicos formados de duas modalidades diferentes e que estarão disputando um mesmo mercado de trabalho.

4.5 O estágio na formação do profissional técnico

O estágio profissional a ser realizado pelo aluno do IFBA é um elemento importante em sua formação e é a principal porta de entrada para ele no mundo do trabalho, visto que todas as empresas que fizeram parte desta pesquisa contratam seus futuros profissionais após o período de estágio:

os alunos do CEFET, eles entram como estagiários, não é de início como profissional, certo? Então a gente forma eles por um ano. Dá treinamento, primeiro de um mês. Eles ficam 30 dias em sala de aula, com os outros alunos, assim das áreas diversas e depois eles vão pra o programa de estágio que dura 6 meses, a depender do desempenho dele a gente renova por mais 6. Então, assim, não é prática contratar diretamente o profissional já formado, certo? (Empresa D)

Uma outra empresa ressalta que antes de colocar o aluno para iniciar o estágio na área de trabalho, precisa-se de um tempo para treiná-lo, mas que esse tempo poderia ser reduzido se houvesse uma melhoria em sua formação prática:

quando a gente traz um profissional, com ensino técnico, eu não posso colocar ele na, na área, eu passo com ele treinando, aqui no mínimo três meses. Ai cada empresa, também, tem seu procedimento, umas passam mais outras passam menos tempo,

eu acho que também, de qualquer forma, mesmo suprindo todas as demandas, não seria também o caso da pessoa sair do curso técnico e já colocar direto pra trabalhar, porque tem uma série de procedimentos que a gente tem que cumprir, mas eu acho que esse tempo diminuiria um pouco mais, se a formação deles fosse mais completa. (Empresa A)

De acordo com o Regulamento do IFBA, relativo ao estágio curricular supervisionado, no seu Art. 8º temos que “o estágio profissional não obrigatório terá duração conforme estabelecido na estrutura curricular do projeto ou plano de curso e será realizado em um semestre/ano letivo”. Esse período de estágio de seis meses tem sido criticado por algumas empresas e já tem sido motivo de muitas discussões dentro do IFBA, quanto à validade de ampliação desse período de estágio. Podemos identificar no relato a seguir que esse regulamento tem trazido dificuldades para a aceitação de estagiários por parte de uma determinada empresa:

só que agora a gente tá num momento difícil com o CEFET, por conta deles ter um regulamento interno que só permite por seis meses. E a nossa realidade é de estagiário de um ano, então a gente ainda não fechou isso, pra poder ter então uma, uma solução. Porque assim, isso com certeza vai comprometer a vinda de estudante do CEFET pra empresa e acredito que pra outras empresas. Eu espero que a gente tenha um retorno, um resultado que seja satisfatório e que não comprometa isso. Porque seis meses no entendimento da empresa é muito pouco, é pra poder o estudante se desenvolver. Ele tem um regulamento, que tá considerando assim, como oportunidade de mais estudantes estagiarem. Se os que estão estagiando não tiver nenhuma formação completa, você vai formar profissionais que não estão preparados pra irem pro mercado. (Empresa D)

Algumas soluções têm sido encontradas por parte do IFBA no sentido de permitir que, em alguns casos, o estágio seja renovado para não prejudicar o aluno. Todavia, é necessária uma discussão mais ampla sobre o regulamento do tempo de estágio, de forma que se possa conciliar os objetivos da escola com os das empresas e dos alunos, tendo como objetivo maior a manutenção da qualidade da formação oferecida na instituição.

No IFBA o setor responsável por acompanhar esses estagiários é a Coordenação de Estágios e Egressos (CEE), que tem como objetivo principal⁴, “orientar, encaminhar e formalizar o estágio curricular dos alunos juntos às empresas de todas as áreas de formação deste instituto”.

4.6 Sugestões dos empregadores para melhoria dos cursos do IFBA

Ao serem questionados sobre sugestões que poderiam melhorar o ensino da instituição, todos os empregadores emitiram suas opiniões destacando a necessidade de uma boa formação prática. O conhecimento prático por parte dos alunos, foi um ponto citado por todos os entrevistados, inclusive por um trabalhador de uma empresa, foi o qual ainda mais longe, sugerindo que profissionais das empresas que estão trabalhando na indústria, diariamente, poderiam ensinar no IFBA. Segundo o entrevistado, essa era uma reclamação dos próprios alunos:

uma coisa que daí eu sugeriria, não só também, né (pausa) De repente apropriada pra tá falando isso, mas foi até uma sugestão que eles mesmo deram, né? É que era de ter pessoas da (pausa) profissionais da área, ensinando no CEFET. Porque daí eles falaram que (pausa) a gente falta disso, de ter pessoas que realmente já trabalharam, não só pessoas com formação acadêmica, mas que tenha formação é profissional realmente né e que tenham conhecimento para passar aqui, até de forma mais, mais real né? (Empresa A)

Essa sugestão deve ser analisada com bastante atenção, pois a experiência prática não substitui a teórica. Na verdade, ambas devem estar aliadas em uma formação acadêmica compatível com a profissão. Vale dizer, também, que é emergente uma estreita relação entre a empresa e a escola, promovendo eventos em que os profissionais das empresas possam trazer a sua experiência para os alunos, através de palestras ou minicursos. Ademais, esse contato permite aproximar-se do ambiente de trabalho desses profissionais, deixando-os cada vez mais à vontade com o ambiente industrial e possibilitando-lhes uma preparação para enfrentar o desafio do primeiro emprego e aptos a desenvolver sua função.

Além de lembrar a necessidade do acréscimo de aulas práticas, outra sugestão citada refere-se ao acréscimo de disciplinas que enfoquem mais a parte administrativa na formação dos alunos. Nesse sentido, vejamos o comentário a seguir:

e um outro ponto também que é muito interessante, que é... a parte de conhecimento do (deixa eu pegar aqui um termo certo), a parte administrativa, não a parte minuciosa administrativa, mas a parte grosseira, a parte mais é... superficial, porque qualquer contato que ele tenha com a parte física né, com a parte prática, mais alguma noçãozinha que ele tenha da parte administrativa, porque você sabe, obra é a prática e a administrativa, lógico que a parte teórica a parte é... teórica é muito importante, mas esses dois outros pontos também são muito importantes, pra que você é... o estagiário quando chegue, ele já chegue com um ponto ainda maior do que ele já chega, certo, ele chegue com um diferencial dos demais. (Empresa B)

Todos os empregadores colocaram-se à disposição para contribuir, emitindo opiniões que pudessem melhorar a qualidade dos cursos oferecidos pela instituição e também se colocaram disponíveis para outros esclarecimentos que se fizessem necessários, demonstrando que existe um bom relacionamento do IFBA com essas empresas, e que a melhoria do ensino na instituição só vem a trazer benefícios para todos os envolvidos nessa situação, sejam empresas, instituição ou alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional sempre foi alvo de muitos conflitos de interesses, devido às necessidades daqueles que estão envolvidos com ela, seja os setores produtivos, os alunos ou a escola. Essa forma de educação deve estar apta a formar o aluno para o mundo do trabalho, mas é função da escola e dos educadores não formar alunos apenas para produzir. O papel da escola e do professor que está trabalhando com alunos da educação profissional não é formar profissionais desempregáveis; é preciso formar profissionais aptos a ingressar no mundo produtivo, mas além disso é necessário ter a preocupação em formar um cidadão crítico e capaz de decidir quais caminhos quer seguir (ter autonomia).

O mercado quer profissionais com conhecimentos específicos que venham a atender suas necessidades imediatas. Mas quando essas necessidades mudam é necessário que o profissional esteja pronto a acompanhar essas mudanças, pois se ele não se adaptar, o mercado irá em busca de quem possa suprir aquela necessidade. Como salienta Sampaio, “hoje, exige-se do trabalhador maior conhecimento intelectual para lidar com máquinas e equipamentos sofisticados e com novos serviços” (2006, p. 107).

Fica clara nesta pesquisa a necessidade de preparar o profissional para o mundo do trabalho, mas sempre tendo como premissa que esse profissional deve estar preparado para as mudanças advindas da introdução das novas tecnologias nos processos produtivos e na necessidade constante de atualização por parte dele, além de possibilitar que esse novo profissional esteja preparado para continuar seus estudos. Como descreve Sampaio:

a educação profissional deve tentar caminhar pela busca da união entre o saber e o fazer, entre conhecimento técnico e o conhecimento científico, para a superação das desigualdades educacionais e sociais e para uma formação que procure no coletivo a sua luta por melhores condições de trabalho (2006, p. 113).

Podemos verificar que os cursos técnicos da modalidade subsequente têm sido alvo de críticas por parte de alguns empregadores, por fornecer uma profissionalização em um tempo reduzido, o que impede que os egressos adquiram uma qualificação mais completa. Mas não se deve esquecer que a formação subsequente é uma ferramenta muito importante para o aluno que, após ter concluído o ensino médio, precisa adquirir uma profissão para poder ingressar no mundo do trabalho.

Essa forma de educação funciona como uma oportunidade para aquele aluno que precisa obter uma colocação profissional, pois, mesmo não tendo poder, por si só, para gerar emprego, insere o homem de forma efetiva no mundo do trabalho. Como salienta Carvalho (2003), “não cabe à educação profissional resolver o problema do desemprego, entretanto, ela constitui-se num elemento fundamental na concepção e implementação de uma política de emprego e renda” (p.153). O IFBA, situado nesse contexto, deve formar o trabalhador com conhecimento além do que a empresa necessita; um profissional capaz de continuar aprendendo, mesmo fora do ambiente escolar.

Também foi possível verificar que a obrigatoriedade do estágio promove a primeira experiência do aluno do curso técnico com o mundo do trabalho, fazendo com que ele possa amadurecer profissionalmente, sendo também a forma mais comumente utilizada pelas empresas para poder selecionar e treinar seus funcionários.

Por se tratar de um tema gerador de pensamentos conflituosos, fica clara a necessidade da ampliação do número de estudos que busquem confrontar a formação técnica com as necessidades do mundo do trabalho, não esquecendo de ressaltar que a educação tem de contribuir para a formação da cidadania. Como ressalta Oliveira,

passadas mais de duas décadas desde que, pela primeira vez, tentou-se estabelecer uma reestruturação na identidade do ensino médio no Brasil, através da Lei 5.692/71,

ainda nos voltamos para o debate sobre qual a verdadeira função social da última etapa da educação básica (2001, p.1).

Enfim, não se deve deixar de lembrar que o compromisso da educação profissional é com a construção da cidadania. Desse modo, a formação profissional deve estar em consonância com a formação do cidadão, pois, além de fornecer ao indivíduo uma profissionalização, é necessário prepará-lo para inserir-se nas diferentes esferas da vida adulta: social, familiar, entre outras.

NOTAS

- ¹ BRASIL/MEC. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/redefederal/bahia.php>>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- ² Procura inserir as pessoas acima de 18 anos e que tenham apenas cursado o ensino fundamental.
- ³ As entrevistas ocorreram entre os meses de Setembro e Outubro de 2008, período em que a instituição denominava-se Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-Ba).
- ⁴ FBA. Estágios e egressos. Disponível em <http://www.portal.ifba.edu.br/extensao/estagios-e-egressos.html>. Acesso em 29 mar. 2010.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 7.566/1909. **Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Brasília, DF: 23 de Setembro de 1909.
- _____. Decreto nº 5.840/2006. **Institui, no âmbito federal, o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA, e dá outras providências**. Brasília, DF: 13 de Julho de 2006.
- _____. Decreto nº 5,154, de 23 de Julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 2004.
- _____. Lei nº 11.892/2008. **Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: 29 de Dezembro de 2008.
- _____. Parecer nº 16/99. Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 1999.
- BRASIL/MEC. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/redefederal/bahia.php>>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.

IFBA. **Estágios e egressos**. Disponível em <http://www.portal.ifba.edu.br/extensao/estagios-e-egressos.html>. Acesso em 29/03/2010.

KIPNIS, B. **Elementos de pesquisa e a prática do pesquisador**. São Paulo: Moderna, Brasília, DF : Editora UnB, 2005.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ramon. **A (Des)Qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, V. H. **Escola e formação profissional: um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

SAMPAIO, Inayá Maria. **Formação do trabalhador: a educação profissional no contexto da reestruturação produtiva**. Educação profissional: ciência e tecnologia. Jul-dez 2006, volume 1, número 1, p. 107-116.